

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2007**  
**(Do Sr. DR. UBIALI)**

Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril  
de 2004, com relação às disposições  
referentes ao Exame Nacional de  
Desempenho dos Estudantes – ENADE.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os §§ 2º, 5º e 8º do art. 5º da Lei nº 10.861, de 14  
de abril de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 5º .....*  
*.....*

*§ 2º O ENADE será anualmente aplicado a todos os  
alunos de todos os cursos de graduação, ao final do último ano de curso.*

*.....*  
*§ 5º A realização do ENADE, componente curricular  
obrigatório dos cursos de graduação, é condição prévia para obtenção do  
diploma, sendo inscrito no histórico escolar do estudante somente o registro da  
data em que a ele se submeteu.*

*.....*  
*§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada  
curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma  
escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos  
por especialistas das diferentes áreas do conhecimento, acompanhada da  
divulgação das médias dos resultados dos estudantes de cada curso,*

*especialmente os relativos aos conteúdos de formação específica, e demais medidas estatísticas relevantes para sua adequada interpretação.” (NR)*

Art. 2º Revogam-se os §§ 3º e 11 do art. 5º e o inciso V do art. 6º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2007.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Parece haver consenso, na sociedade brasileira, sobre a necessidade de elevar a qualidade da formação oferecida na educação superior. Para tanto, de longa data vem sendo elaborado e implementado um abrangente sistema de avaliação que, na década dos anos 90, tomou impulso com a Lei nº 9.131, de 1995, e mais recentemente, foi reformulado, como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, pela Lei nº 10.861, de 2004.

Dentre as estratégias adotadas, uma das mais importantes é a realização de um exame que busca aferir o nível de desempenho dos estudantes em relação a conhecimentos indispensáveis em sua formação profissional.

Na legislação de 1995, tinha-se o Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido como o “Provão”, destinado a converter-se em um exame a ser universalmente aplicado, a cada ano, a todos os formandos em cursos de graduação no País. Sua sistemática foi adotada, mas aplicada apenas a um número restrito de áreas.

Na legislação de 2004, tem-se o ENADE que, embora aplicado a uma amostra de estudantes, ingressantes e concluintes, e com periodicidade trienal, já cobriu, no período de 2004 a 2006, todas as áreas do conhecimento ou de formação profissional.

A realidade indica, portanto, que uma avaliação dessa natureza é possível e necessária.

O presente projeto de lei pretende combinar os aspectos positivos das duas normas mencionadas e, ao mesmo tempo, simplificar um

pouco mais as atualmente vigentes. Em primeiro, lugar, propõe-se que o exame seja universal e anual, isto é, para todas as áreas e todos os alunos concluintes, a cada ano. Além de manter o caráter de componente curricular obrigatório, como hoje dispõe a lei em vigor, acrescenta que a realização do exame será condição para obtenção do diploma, como dispunha a lei anterior.

Suprime-se a obrigatoriedade de submeter os alunos ingressantes ao exame, restringindo sua aplicação apenas aos concluintes. De um lado, o instrumento de avaliação passa a estar centrado no resultado do processo de formação superior. De outro, abandona-se um procedimento que tem recebido severas críticas metodológicas, quanto à aplicação de uma mesma prova a ingressantes e concluintes e apenas a uma amostra e não ao conjunto dos estudantes.

A proposição preocupa-se ainda com a divulgação dos resultados, não somente sob a forma de conceitos, mas também de médias de desempenho, de modo que tais conceitos possam ser adequadamente compreendidos. É importante que a sociedade saiba se o melhor dos conceitos corresponde a uma boa formação ou a uma formação “menos deficiente”.

Finalmente, já tendo a experiência de mais de dez anos de aplicação, torna-se desnecessária a norma de implantação progressiva do procedimento. Já pode ser implementado em sua totalidade, desde logo.

Pode haver quem questione a dimensão ou o custo do processo, já que o número anual de concluintes supera a casa dos 700 mil estudantes e tende a crescer. No entanto, é de se perguntar: qual o custo maior? O de realizar uma avaliação abrangente e consistente, que permitirá a adoção de políticas públicas voltadas de fato para a melhoria da qualidade? Ou o imenso custo social de colocar no mercado profissionais com formação insuficiente?

Tornando-se universal e anual a aplicação do ENADE, passa a ser dispensável a competência da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES para submeter à consideração do Ministro de Estado, a cada ano, a lista dos cursos cujos estudantes serão submetidos ao exame.

Estou convencido, portanto, de que as fundadas razões que inspiram este projeto haverão de garantir o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em            de            de 2008.

Deputado DR. UBIALI